

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SEGUNDA REGIÃO
ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
 (TRF2-EOF-2023/00013)

OBJETO: Aquisição de diversos materiais de consumo para processamento de dados, cartuchos de toner para as impressoras Lexmark CS 521, CS 921 e T654DN, recipiente de resíduo de toner, unidades de imagem preta e cmy para impressora Lexmark CS 921, através do sistema de registro de preços.

ÁREA REQUISITANTE: Tribunal Regional Federal (TRF) – SAT/DIMAT/SECMAT.

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2022/00078 foi cancelada, conforme Despacho n.º TRF2-DES-2023/04185. A aquisição dos materiais visa à reposição do estoque para atendimento das demandas internas do TRF2. Busca-se, ainda, garantir infraestrutura apropriada para o desenvolvimento das atividades deste Tribunal, conforme previsto no planejamento estratégico. O Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto n. 7892/2013, foi adotado pelos seguintes motivos: a) por ser mais conveniente a aquisição parcelada do material, em razão da desnecessidade de se manter grandes estoques; b) visando à racionalização das compras, já que o fornecimento do material deve ocorrer de acordo com o consumo efetivo, minimizando excessos ou carência do objeto; c) de forma a evitar prejuízos para Administração, visto que se os produtos não forem utilizados em determinado período os prazos de validade e garantia do fabricante poderão ser ultrapassados. É válido ressaltar que o quantitativo previsto trata-se de estimativa de consumo, suscetíveis a oscilações, e será solicitado de acordo com a necessidade do Órgão.

II - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Cartucho novo (não reciclado) original de toner preto (referência 76C00K0) para impressora Lexmark CS921, capacidade de impressão de 18.500 páginas. SIASG: 466890	Unidade	50	1.114,67	55.733,50
2	Cartucho novo (não reciclado) original de toner amarelo (referência 76C00Y0) para impressora Lexmark CS921, capacidade de impressão de 11.500 páginas. SIASG: 466891	Unidade	50	978,33	48.916,50
3	Cartucho novo (não reciclado) original de toner ciano (referência 76C00C0) para impressora Lexmark CS921, capacidade de impressão de 11.500 páginas. SIASG: 466892	Unidade	50	1.010,00	50.500,00



4	Cartucho novo (não reciclado) original de toner magenta (referência 76C00M0) para impressora Lexmark CS921, capacidade de impressão de 11.500 páginas. SIASG: 466893	Unidade	50	1.009,67	50.483,50
5	Cartucho novo (não reciclado) original de toner preto (referência 78CBXK0) para impressora Lexmark CS521 DN, capacidade de impressão de 8.500 páginas. SIASG: N/C	Unidade	30	735,93	22.077,90
6	Cartucho novo (não reciclado) original de toner amarelo (referência 78CBUY0 / 78C4UYE) para impressora Lexmark CS521 DN, capacidade de impressão de 7.000 páginas. SIASG: N/C	Unidade	30	608,00	18.240,00
7	Cartucho novo (não reciclado) original de toner ciano (referência 78CBUCO/78C4UCE) para impressora Lexmark CS521 DN, capacidade de impressão de 7.000 páginas. SIASG: N/C	Unidade	30	691,67	20.750,10
8	Cartucho novo (não reciclado) original de toner magenta (referência 78CBUMO/78C4UME) para impressora Lexmark CS521 DN, capacidade de impressão de 7.000 páginas. SIASG: N/C	Unidade	30	691,67	20.750,10
9	Recipiente de resíduo de toner para impressora Lexmark CS 921, referência 54G0W00, capacidade de impressão de 90.000 páginas. SIASG: 445784	Unidade	5	188,39	941,95
10	Unidade de imagem preta para impressora Lexmark CS 921, referência 76COPK0, capacidade de impressão de 100.000 páginas. SIASG: 467679	Unidade	5	1.203,67	6.018,35
11	Unidade de imagem cmy para impressora Lexmark CS 921, referência 76COPV0, capacidade de impressão de 90.000 páginas. SIASG: N/C	Unidade	5	2.144,09	10.720,45
12	Cartucho novo (não reciclado) original de toner preto (referência T654X11L) para impressora Lexmark T654 DN, capacidade de impressão de 36.000 páginas. SIASG: 384044	Unidade	150	240,00	36.000,00
TOTAL					341.132,35

Obrigações:

I) Prazo de Validade / Garantia:

a) O prazo de validade, em cada fornecimento, será de 12 meses, no mínimo, e deverá estar



indicado no produto ou em sua embalagem pelo fabricante;

b) Deverá ser imediatamente trocado o material fornecido, se na fase de recebimento/conferência for constatado que o mesmo foi entregue após decorrido mais de 20% da validade indicada pelo fabricante;

c) Todo e qualquer material fornecido que vier a apresentar defeito(s) decorrente(s) de falha(s) no processo de fabricação, ou devido à má qualidade, deverá ser substituído pela empresa fornecedora, durante o prazo de 12 meses, após o recebimento definitivo (atesto);

II) Outras condições de participação e fornecimento:

1) As empresas deverão indicar em suas propostas as características dos materiais e as marcas cotadas;

2) Os materiais contratados deverão ser fornecidos em embalagens originais do fabricante, adequadas à conservação do mesmo, contendo a identificação do conteúdo, da quantidade e da validade;

3) Os suprimentos deverão ser genuínos, inteiramente novos, primeiro uso inclusive a carcaça, e não poderão ser resultantes de remanufaturamento, refilamento, reciclagem, retintagem, reutilização ou recondicionamento, seja parcial ou total;

4) Quando se tratar de suprimento não produzido pelo fabricante do equipamento em que será utilizado:

4.4.1) A licitante deverá apresentar obrigatoriamente na data da abertura da sessão pública do Pregão, após o encerramento da etapa de lances, LAUDO TÉCNICO comprobatório de funcionamento, qualidade, compatibilidade, desempenho e rendimento de impressões do produto ofertado equivalente ao produto original do equipamento expedido por entidades públicas ou privadas de certificação acreditadas pelo CONMETRO/INMETRO datado de 90 (noventa) dias anteriores à data da licitação, sob pena de desconsideração da proposta;

4.4.2) Do Laudo deverá constar, obrigatoriamente:

a) Avaliação da embalagem e acondicionamento do suprimento;

b) Ausência de vazamento ou indício de reaproveitamento do suprimento;

c) Qualidade de impressão compatível com o desempenho do suprimento original do fabricante;

d) Duração estimada em números de folhas impressas;

e) A data de fabricação, a validade e o n.º do lote correspondente ao produto testado, sob pena de desconsideração da proposta;

f) Peso do produto vazio e cheio;

g) Conclusões sobre a aceitabilidade do produto;

4.4.3) O prazo estabelecido no subitem 4.1.1, para apresentação do Laudo Técnico, é improrrogável, portanto não serão aceitos quaisquer pedidos de prorrogação de prazo;

5) As empresas deverão proceder à entrega do material com as mesmas características e a marca cotada em sua proposta;

6) A comprovação da originalidade do produto ou de sua embalagem será, sempre que possível, verificada através do endereço eletrônico (site) do fabricante na internet;

7) Os suprimentos entregues no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, poderão, a critério da Administração, ser enviados aos fabricantes dos equipamentos em que serão utilizados para atestarem a originalidade dos produtos;



8) Poderá ser solicitado o agendamento de visita técnica de um representante da empresa fornecedora, para comparecimento a este TRF, quando requerido pelo setor técnico deste Tribunal;

9) Caso sejam detectados, a qualquer tempo, indícios de falsificação ou adulteração dos produtos entregues neste Tribunal, após o regular procedimento administrativo através do qual poderão ser aplicadas as sanções previstas nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região remeterá cópias dos referidos autos ao Ministério Público Federal visando à instauração da ação penal pública, nos termos do art. 100 da Lei n.º 8.666/93.

Sanções:

1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 1.1. apresentar documentação falsa;
- 1.2. fraudar a execução do contrato;
- 1.3. comportar-se de modo inidôneo;
- 1.4. cometer fraude fiscal;
- 1.5. fizer declaração falsa;
- 1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 1.7. não mantiver a proposta.

2. Para os fins do item 1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5” e “6” abaixo, com as seguintes penalidades:

3.1. advertência;

3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;

3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

4. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

5 No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a



CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

6. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no edital e Termo de Referência, a CONTRATADA, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% E 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% se descumprido mais de um item obrigatório concomitantemente.

7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

7.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

Encargos das partes:

As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O fornecedor deve:

- a) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF2, os materiais em que se verificar vícios, defeitos, ou incorreções;
- b) responder pelos danos causados diretamente ao TRF2 ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;
- c) respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRF2;
- d) responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento, dos materiais.

O TRF2 deve:

- a) prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;
- b) receber o objeto em dias úteis no horário de 10 às 17h na Seção de Almoxarifado (SALMOX) localizada na Rua Acre nº 80, 3º andar, sala 305, Centro, Rio de Janeiro – RJ;
- c) solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

Prazo de fornecimento: até 15 dias corridos, contados do recebimento, pela CONTRATADA, da Nota de Empenho.

Recebimento do Objeto:

1) os bens serão recebidos:

- provisoriamente: imediatamente depois de efetuada a entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações do Pregão. O recebimento provisório dar-se-á através de recibo apostado no documento fiscal, quando da sua entrega.
- definitivamente: depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderão exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação.

2) o descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.



3) o aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF2 as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

Pagamento do Documento Fiscal:

O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista do documento fiscal apresentado pela contratada, devidamente atestado pelo gestor do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), a contar da atestação do documento fiscal pelo gestor do contrato, devendo ser efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

III – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Trata-se de reposição de estoque e que o quantitativo encontra-se dentro do consumo médio verificado através do sistema ASI e que a SECMAT busca manter o estoque com ativos suficientes para evitar o desabastecimento de produtos usualmente requeridos pelos usuários do TRF da 2ª Região.

IV – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Pesquisa de preços realizada pelo servidor Luiz Rogério Navega Miguel, integrante requisitante, na forma abaixo:

Esta pesquisa de preços foi realizada de acordo com o disposto na Portaria n.º TRF2-PTP-2017/110.

Item 1 - paineldeprecos.planejamento.gob.br: HR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. / 3S INFORMÁTICA / Pregão n.º 55/2022-TRF2: THE BEST

Item 2 - paineldeprecos.planejamento.gob.br: HR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. / 3S INFORMÁTICA / M3 INTERMEDIações

Item 3 - paineldeprecos.planejamento.gob.br: HR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. / 3S INFORMÁTICA / M3 INTERMEDIações

Item 4 - paineldeprecos.planejamento.gob.br: HR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. / 3S INFORMÁTICA / M3 INTERMEDIações

Item 5 - www.creativecopias.com.br / www.magazineluiza.com.br / www.americanas.com.br (NÃO FORAM ENCONTRADOS PREÇOS EM SITES GOVERNAMENTAIS)

Item 6 - www.ampdistribuidora.com.br / www.magazineluiza.com.br / www.americanas.com.br (NÃO FORAM ENCONTRADOS PREÇOS EM SITES GOVERNAMENTAIS)

Item 7 - Pregão n.º 55/2022 - TRF2: M3 INTERMEDIações / PRÓSPERA - Pregão n.º 154/2022 - TRF2: MARC COMÉRCIO

Item 8 - Pregão n.º 55/2022 - TRF2: M3 INTERMEDIações / PRÓSPERA - Pregão n.º 154/2022 - TRF2: MARC COMÉRCIO

Item 9 - paineldeprecos.planejamento.gob.br: 3S INFORMÁTICA / PRÓSPERA - www.magazineluiza.com.br



Assinado com senha por LUIZ ROGÉRIO NAVEGA MIGUEL - 27/02/2023 às 17:49:12.
Documento Nº: 3662785.32500171-4819 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3662785.32500171-4819>



TRF2EOF202300013V01

Item 10 - paineldeprecos.planejamento.gob.br: INFORSHOP / www.amazon.com.br / www.acessoshop.com.br

Item 11 - paineldeprecos.planejamento.gob.br: INFORSHOP / www.amazon.com.br / www.tradein/techinn

Item 12 - paineldeprecos.planejamento.gob.br: ASA COMÉRCIO / NM TECH. Pregão n.º 55/2022 - TRF2: NA FERREIRA

V - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento do objeto, tendo em vista que a licitação será realizada através do sistema de registro de preços.

VI - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO.

A contratação está prevista no orçamento de 2023 do centro de custo SAT sob o Identificador de Despesa (ID) 3, conforme SIGA-GO 2023.

VII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Declaro que a contratação é viável com base nos itens I e III deste Estudo Preliminar.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023.

VIII – RESPONSÁVEIS

Luiz Rogério Navega Miguel
Matrícula: 10952
Técnico Judiciário
Integrante Requisitante

Leonardo Pastro Vieira
Matrícula: 11795
Técnico Judiciário
Integrante Administrativo

Terezinha Regina Frydman
Matrícula: 12034
Analista Judiciário
Integrante Técnico

Assinatura da Autoridade Máxima do Setor Demandante



Assinado com senha por LUIZ ROGÉRIO NAVEGA MIGUEL - 27/02/2023 às 17:49:12.
Documento Nº: 3662785.32500171-4819 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3662785.32500171-4819>



TRF2EOF202300013V01